Amanhã — dia de eleições para as autarquias

Sucessivos boicotes e vários incidentes tiveram como finalidade provocar o absentismo

Vai realizar-se, amanhã, em todo o País, o quarto acto eleitoral inserido no processo democrático que Portugal vem vivendo (embora interrompido pelo "gonçalvismo"), desde 25 de Abril de 1974.

Depois das Assembleias Constituinte e Legislativa e do Presidente Ramalho Eanes (a única eleição maioritária) caberá agora a seis milhões e meio de portugeses designar livremente os órgãos de poder local.

Concorrem neste acto onze partidos e frentes eleitorais, conforme noticiámos oportunamente. Serão eleitas Câmaras e Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, em 304 concelhos e 3262 Freguesias, no Continente e nas Ilhas.

A campanha eleitoral findou ontem, às 24 horas, sendo de lamentar que, nos últimos dias, certos incidentes provocados por grupos esquerdistas tenham vindo ensombrar o civismo de que o Povo Português deu já sobejas provas.

Paralelamente, ocorreram também os esperados actos de boicote a sessões de esclarecimento promovidas pelos partidos democráticos, como o impedimento de acesso a locais habitualmente cedidos para aqueles fins e tentativas de desmobilização do eleitorado, a fim de beneficiar a corrida esquerdista.

No primeiro caso, avulta o triste comportamento da Sociedade Euterpe Alhandrense, cujo excessivo zelo partidário impediu a cedência das instalações a um partido democrático, invocando a defesa das "amplas liberdades" cujo significado todos conhecemos.

Quanto ao segundo, recordamos os boatos que circularam por todo o lado: partidos democráticos a desistirem nas freguesias de Lisboa e outras, militantes destes partidos a votarem em listas esquerdistas; enfim, uma série de atoardas tendentes a generalizar o abstencionismo colectivo.

A súbita falta de água provocada por um atentado bombista inqualificável num dos colectores que abastecem Lisboa serviu também de pretexto: de facto, segundo fontes que reputamos fidedignas, nenhuma razão técnica poderia justificar a demora no arranjo do colector. Todavia, os trabalhos foram-se arrastando por eventual interferência de células esquerdistas no interior da EPAL. O objectivo é bem claro: provocar uma saída em massa de Lisboa durante o fim-de-semana, contribuindo assim para a desmobilização do eleitorado.

Para estas manobras deve contudo o povo estar atento, não se esquecendo que o futuro democrático de Portugal espera pelo cumprimento de um dever e de um direito que assiste a todos os cidadãos eleitores.

O Ministério da Administração Interna divulgou um comunicado esclarecendo que, "com a montagem das estruras necessárias ao fuccionamento das secções de voto e a distribuição aos membros das mesas dos boletins de voto e demais elementos de trabalho indispensáveis ao normal desempenho das suas funções, se encerra praticamente a fase preparatória da eleição dos órgãos das Autarquias Locais que terá lugar no próximo domingo, dia 12 de Dezembro.

Entretanto, face à proximidade da eleição, o Ministério da Administração Interna, através do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE), chama a atenção para alguns pontos importantes.

Assim, e atendendo a dúvidas ultimamente surgidas, lembra-se que o recenseamento dos desalojados, recentemente promovido pelo respectivo comissariado, não tem qualquer ligação com o recenseamento eleitoral, pelo que apenas poderão exercer o seu direito de sufrágio os cidadãos que, à data do termo do prazo para a actualização deste recenseamento (24 de Fevereiro) se encontravam inscritos nos respectivos cadernos.

Por outro lado, apela-se a todos os cidadãos eleitores para a conveniência de darem prioridade, na votação, aos elementos das Forças Armadas e militarizadas que se apresentem fardados nas filas de espera, para que desse modo as medidas de segurança do acto eleitoral, em que muitos deles irão participar, se revelem eficientes. Deve também ser facilitado o exercício do direito de sufrágio aos eleitores bastante idosos, doentes, grávidas e, em geral, a deficientes a quem se torne difícil a permanência demorada nas secções de voto.

Aproveita-se ainde para informar os membros das Mesas do concelho de Lisboa que a entrega da documentação relativa ao apuramento dos resultados feitos em cada secção de voto e que, de acordo com a legislação eleitoral, deveria ser entregue no Tribunal, deverá, relativamente ao presente acto eleitoral, ser entregue na Câmara Municipal onde, para um mais fácil processamento da mesma, estarão também presentes funcionários do Tribunal.

Por último, lembra-se que a legislação reguladora do presente processo eleitoral prevê, para os membros das mesas, a dispensa de comparência ao respectio emprego ou serviço, no dia imediato ao da eleição, sem prejuízo de todas as suas regalias, incluindo o direito a retribuição."

C.N.E. AVISA GOVERNO

Em face dos protestos que tem recebido de partidos políticos, frentes e cidadãos acerca da realização de programas na RTP, em que, segundo esses protestos, tem sido realizada propaganda eleitoral por membros do Governo, a Comissão Nacional de Eleições chamou a atenção dos órgãos de Comunicação Social para a necessidade de "usarem do maior cuidado na elaboração dos seus programas neste período e das entidades acima referidas para a forma como nelas participam".

"A CNE entende — afirma-se no comunicado — que em período de campanha eleitoral como é o que está decorrendo, difícil é a qualquer membro do Governo ou a outra entidade, ao tratar de assuntos que dizem respeito à Administração Pública e aos interesses do Estado, fazer nítida separação entre o tratamento exclusivo deste e o que constitui campanha eleitoral, embora lhe seja exigível a maior atenção no cumprimento da lei."

NOS AÇORES

O apoio aos órgãos de Comunicação Social durante as eleições para as autarquias locais, será prestado nos Açores através de uma sala de Imprensa que funcionará na cidade de Angra do Heroísmo, o mesmo sucedendo na Madeira. O esquema de funcionamento desta estrutura de apoio, se bem que sensivelmente igual ao que tem funcionado em anteriores situações, poderá ser acrescido por salas idênticas na Horta e em Ponta Delgada. Esta alteração, segundo anunciou Lourenço de Melo, coordenador interino do Gabinete de Imprensa dos Açores, atenderá "às dificuldades e carências dos órgãos de Comunicação Social da região, e até ao facto de a RTP/A não poder fazer emissões directas do exterior".

Por outro lado, Lourenço de Melo, que falava aos jornalistas no decorrer de uma conferência de Imprensa, adiantou que em relação ao funcionamento informativo propriamente dito, todos os dados serão fornecidos com a maior rapidez possível, uma vez que se deseja que eles sejam divulgados praticamente em simultâneo nas às cidades do arquipélago.

Nesta mesma reunião com os representantes dos órgãos de Comunicação Social, João Vasco Paiva, secretário adjunto da presidência do Governo Regional, relatou a conversa que recentemente manteve em Lisboa com o subsecretário de Estado da Comunicação Social, Soares Louro, aquando da deslocação a Lisboa do chefe do Governo, dr. Mota Amaral.

RESULTADOS PROVISÓRIOS NA SEGUNDA-FEIRA

Os resultados finais das eleições para as autarquias locais deverão ser conhecidos, embora ainda com carácter provisório, na tarde da próxima segunda-feira.

O primeiro escrutínio a ser concluído, provavelmente ao princípio da manhã de segunda-feira, será o da votação para as Câmaras Municipais. Este abreviamento ficará a dever-se à decisão de se utilizar a rede de transmissões do Exército, exclusivamente para encaminhar para o centro de escrutínio de Lisboa os resultados locais da votação para as Câmaras. Os resultados parciais das outras votações serão enviados para Lisboa pelos circuitos dos CTT.

Entretanto, teve lugar no Centro de Informática do Ministério da Justiça, um ensaio dos equipamentos ali instalados, destinados a apoiar o cento de escrutínio da Gulbenkian. Por outro lado, efectuou-se também na Gulbenkian uma reunião de trabalho entre um responsável pelo centro de escrutínio e os jornalistas, durante a qual foram aqueles informados de diversos pormenores ligados ao acto eleitoral.

Um apelo ao voto

Sem medo de bombas apesar da falta de água, com mais ou menos sede, compareçamos mais uma vez, em massa, às eleições no domingo para votar, sem deixar que outros o façam por nós, porque afinal a única grande sede que temos é de justiça e de verdade e a única fonte em que acreditamos é a da esperança e da coragem.

Roberto Durão

Orçamento para o próximo ano não prevê o reequipamento das Forças Armadas

— refere a proposta da Comissão Parlamentar da Defesa Nacional

Na próxima terça-feira Ângelo Correia do PSD, relator da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, à qual preside Magalhães Mota, apresentará à Assembleia da República um parecer já aprovado por aquela sobre a proposta de orçamento das Forças Armadas Portuguesas para 1977.

No referido documento começa por se afirmar que, "apreciar o orçamento das Forças Armadas é tarefa contraditória pois encerra simultaneamente elementos que a dificultam e a simplificam", residindo o problema fundamental "na definição dos grandes objectivos fixados pela lei da organização da defesa nacional, a qual não foi ainda proposta pela AR". Para essa definição "a Nação e as FA carecem pois de um quadro global de referência que permita a estas uma reestruturação segundo os objectivos aí traçados, e concomitantemente as acções a empreender com carácter quer de permanência, quer de oportunidade".

Acerca da "missão" que cumpre à Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, "de emitir opinião sobre o montante das verbas atribuídas pelo OGE às Forças Armadas," afirma-se a dado passo no documento que essa apreciação deve ser feita "numa perspectiva dinâmica, isto é, tendo em conta a evolução no tempo" das despesas com a defesa.

Seguidamente, é apresentado um quadro do Orçamento de Defesa Nacional, de 1974 a 1977, com valores de percentagem relativamente ao produto nacional bruto. Verifica-se, assim, que, em 1974, se gastaram 19 541 400 contos, correspondentes a 6,5% do PNB, e, em 1977, gastar-se-ão 17 864 000, correspondentes a 3,45% do mesmo. Mais adiante é feita uma comparação das despesas com a defesa de alguns países da NATO, entre 1970 e 1975 sendo de salientar que, actualmente, as despesas com a defesa em Portugal se situam abaixo de sete países, são análogas a dois, e superiores às de outros dois, enquanto num passado recente, ocupavamos a posição, que, no quadro daqueles países, só era ultrapassada pelos Estados Unidos, proporcionalmente ao produto nacional bruto.

Apresenta-se depois um quadro dos efectivos das FA (89 356 homens, em 1974, e 47 900 previstos para 1977), reconhecendo-se que "num momento em que a sociedade portuguesa se debate com fortes problemas de desemprego, a utilização pelas FA de contingentes civis, contribui para minorar o problema à escala nacional".

Salienta-se que as despesas previstas para os três grandes ramos das FA serão as seguintes: 7,7 milhões de contos para o Exército; 4,4 milhões para a Armada e 2,968 milhões de contos para a Força Aérea, (montante que foi objecto de rectificação pelo Estado-Maior da FA, visto que notícias anteriormente postas a circular, fixavam esse montante em 5,6 milhões de contos).

E a Comissão de Defesa Nacional conclui o seu parecer do seguinte modo: "As Forças Armadas não irão assim reequipar-se ou reinstalar-se, dispendendo verbas sobretudo no seu funcionamento corrente em pessoal e serviços." E prossegue: "O orçamento vem reforçar a ideia de que as FA aguardam uma reestruturação decorrente da lei de Defesa Nacional", podendo-se afirmar que o facto deste orçamento poder considerar-se "de transição", não impede de dar garantias suficientes duma necessária capacidade de adequação de meios às missões que lhe forem confiadas no futuro".

Declarações dos agricultores de Serpa

Continuação da pág. 2

com os jornalistas referiu-se à ECA, uma fábrica de concentrados de tomate em Alvalade (Sado). Sobre este assunto um rendeiro da zona e um elemento da comissão de luta da fábrica salientaram que aquela indústria produzia, anualmente, antes da ocupação, cerca de 10 000 toneladas de concentrado de tomate enquanto que a produção do último ano somou apenas 1 400 toneladas. A isto há ainda a juntar o facto de os gestores nomeados depois da ocupação terem efectivado todos os trabalhadores eventuais o que passou o pessoal da ECA de 170 pessoas para 400 com os problemas económicos daí decorrentes.

TENSÃO SOCIAL

Logo no início da conferência de Imprensa, foi distribuído aos jornalistas presentes um comunicado sobre os recentes acontecimentos em Beja no qual, depois de se salientar estarem os grupos de trabalhadores "armados de varapaus, coagidos e instigados por agitadores a soldo de forças partidárias totalitárias" se confirma que "é sob a protecção permanente de forças de manutenção da ordem que os agricultores conseguem, nalguns casos, proceder às sementeiras, tratar dos gados, entrar nas suas explorações agrícolas e sair delas".

"Esta situação de tensão social — prossegue o comunicado — nada tem que ver com um caso pontual de luta de classes, com uma confrontação entre explorados e exploradores, com a emancipação dos trabalhadores agrícolas. Estes são, contra a sua vontade, prepotentemente levados a agir ao sabor dos desígnios ideológicos de aventureiros que, em nome das liberdades, semeiam o ódio, exercem a coacção, praticam a violência.

"Os poderes constituídos correm o risco de se revelar incapazes de responsabilizar os prevaricadores, que entretanto vão ficando disponíveis para novas manobras de desestabilização e de totalitarismo.

"O movimento de oposição a entrega das "reservas" previstas na "Lei das Expropriações", — conclui-se — parece filiar-se menos numa acção tendente a provocar a queda do Governo, do que num processo de obter cedências por parte deste.

"Trata-se de uma força de pressão desencadeada para obrigar o Governo a que faça expropriações de numerosas médias empresas, que na sua totalidade atingem uma área de cerca de 600 000 hectares. Procura-se ainda que a marcação de "reservas" se efectue fora das áreas das propriedades expropriadas. Exige-se, assim, a ampliação dos erros existentes, dos desvios flagrantes, o empolamento de todas as arbitrariedades, desmandos e ilegalidades cometidas e à sociedade sobejamente denunciadas; requere-se, pois, a institucionalização da demagogia, do irrealismo, da prepotência, desideratos em que são mestres certos arautos das falsas liberdades."

Aviso do M.A.I.

A manifestação é ilegal

Do gabinete do ministro da Administração Interna recebemos o seguinte comunicado do Governo Civil do distrito de Beja:

"Tem vindo a ser referida na Imprensa a intenção de organizações políticas da extrema-esquerda realizarem uma concentração, ou manifestação, no dia 11 (sábado) junto à Herdade da Lobata, no concelho de Serpa, distrito de Beja.

Dado que, de tal facto, não foi dado conhecimento às autoridades, em completo desrespeito pelo estabelecido no n.o 1 do artigo 2 do Decreto-Lei n.o 406/74, de 29 de Agosto, o Governo Civil do distrito de Beja considera que a manifestação, ou concentração, a realizar-se, será ilegal, pelo que serão tomadas as medidas adequadas para a impedir".

Romano
PRONTO A VESTIR
ULTIMAS NOVIDADES
Em blusões de cabedal
RUA AUGUSTA, 216 — LISBOA

O DIA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: Rua Vítor Cordon, 27, Lisboa. Telefones 364292/363396/363614/363717/363781/364366/364157/364384 (Redacção); 364236 (Publicidade).

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Mirandela & C.ª — Travessa da Condessa do Rio, 9 — Lisboa

TIRAGEM MÉDIA EM NOVEMBRO/76 40 000 EX.P.